



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
Coordenação Geral de Regionalização



INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Brasília, 2007







Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Turismo
Marta Suplicy

Secretário-Executivo
Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho

Secretário Nacional de Políticas de Turismo
Airton Pereira

Diretora do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento
Turístico
Tânia Brizolla

Coordenadora Geral de Regionalização
Ana Clévia Guerreiro Lima

Coordenadora Geral de Segmentação
Jurema Camargo Monteiro

Coordenadora Geral de Informação
Isabel Cristina da Silva Barnasque

Coordenador Geral de Serviços Turísticos
Ricardo Martini Moesch





2007, Ministério do Turismo

Todos os direitos reservados.

Coordenação e Execução
Ministério do Turismo

Impresso no Brasil – Printed in Brazil.

1ª Edição
Distribuição gratuita.
Tiragem: 1.000 exemplares

Ministério do Turismo
Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º andar.
70.065-900 – Brasília-DF

www.turismo.gov.br



Impresso em papel 100% reciclado

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

B823p Brasil. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização.

Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Introdução à Regionalização do Turismo / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.

Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

69 p. : il.

Inclui Glossário, Fontes de Consulta e Anexos.

I. Gestão do Turismo – Brasil. 2. Regionalização do turismo. 3. Políticas Públicas. I. Título. II. Título:
Introdução à Regionalização do Turismo

CDU 338.486(81)





FICHA TÉCNICA

EQUIPE MINISTÉRIO DO TURISMO

Coordenação Geral: Tânia Brizolla
Coordenação Técnica: Benita Maria Monteiro Mueller Rocktaeschel
Equipe Técnica: Bárbara Short
Bruno Wendling
Cristiano Borges
Daniele Velozo
Diego Garcia
Flávio Braúna
Lara Franco
Leonardo Brant
Marcelo Abreu
Marcos Gislon
Nicole Facuri
Sáskia Lima
Sônia Dias
Taiana Paludo
Walber Guimarães
Wilken Souto

Coordenação de
Programação Visual: Isabel Barnasque

EQUIPE INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM

Supervisão: Mara D. Biasi Ferrari Pinto
Coordenação Geral: Alexandre Carlos de Albuquerque Santos
Coordenação Executiva: Pedro Nogueira Gonçalves Diogo
Equipe Técnica: Dora Appelbaum
Patrícia Azevedo
Gustavo Rabello
Ieda Venturini
Josué Setta
Kátia Silva
Norma Martini Moesch
Rodrigo Marchesini
Projeto Gráfico: Paulo Felício
Ilustração: Aliedo Kammar
Revisão de Texto: Cláudia Ajuz





CONSULTORIA CONTRATADA

Mercês Parente

Versão preliminar do Documento Técnico “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas”, que subsidiou a presente publicação

Walkyria Bueno Camargo Moraes – Moraes D’Alessandro Consultoria

Versão preliminar do Documento Técnico “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais”, que subsidiou a presente publicação

COLABORAÇÃO

Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades Federadas por meio dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil

APOIO

Conselho Nacional de Turismo – Câmara Temática de Regionalização do Turismo

PARCEIROS

Confederação Nacional do Comércio – CNC

Serviço Social do Comércio – SESC Nacional

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC Nacional

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Nacional

Ministério do Meio Ambiente – MMA





Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
Coordenação Geral de Regionalização

<http://www.turismo.gov.br>

<http://www.turismo.gov.br/regionalizacao>





Apresentação

O modelo de gestão descentralizada do turismo, implantado no País pelo Ministério do Turismo apoiado por seus colegiados parceiros, proporciona que cada Unidade Federada, região e município busque suas próprias alternativas de desenvolvimento, de acordo com suas realidades e especificidades. O que propõe o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil são diretrizes políticas e operacionais para orientar o processo do desenvolvimento turístico, com foco na regionalização.

Regionalizar não é apenas o ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades. É construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. É promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade.

Diante disso, o que se espera é que cada região turística planeje e decida seu próprio futuro, de forma participativa e respeitando os princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional. O que se busca com o Programa de Regionalização do Turismo é subsidiar a estruturação e qualificação dessas regiões para que elas possam assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, possibilitando a consolidação de novos roteiros como produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional. Para tanto é necessário perceber o turismo como atividade econômica capaz de gerar postos de trabalho, riquezas, promover uma melhor distribuição de renda e a inclusão social.

Para que o Brasil possa estruturar e qualificar suas regiões é necessário o envolvimento direto das comunidades receptoras. São elas que protagonizarão essa história. Todo esse movimento se traduz na capacidade de atuação mútua do cidadão brasileiro, o qual deve perceber-se parte fundamental desse processo.

O que se apresenta nos “Cadernos de Turismo” são direcionamentos para promover o desenvolvimento regionalizado como estratégia de agregação de valores do cidadão, de sua cultura, de suas produções, de seus saberes e fazeres, propiciando a integração de todos os setores econômicos e sociais em prol de um objetivo comum: melhorar a qualidade de vida das populações receptoras e dinamizar a economia do País.

Marta Suplicy

Ministra de Estado do Turismo





Apresentação Técnica

Com o intuito de promover o desenvolvimento das regiões turísticas do Brasil, o Ministério do Turismo elaborou documentos técnico-orientadores com o passo a passo para a implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Dessa forma, cada região pode identificar o seu estágio de desenvolvimento e começar a implementar as diretrizes da regionalização do turismo. Os documentos técnico-orientadores foram adaptados para uma linguagem mais simples e são apresentados, agora, como os **Cadernos de Turismo**, de forma a facilitar a compreensão de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento da atividade turística regionalizada. Além da linguagem didática, os Cadernos apresentam Fontes de Consulta e Glossário, cujas palavras que o compõem encontram-se, ao longo do texto, destacadas na mesma cor do Caderno.

Esta coleção é composta por treze cadernos, descritos abaixo, sendo um para cada Módulo Operacional do Programa e quatro relativos a assuntos que irão subsidiar a implementação desses Módulos:

- I – Introdução à Regionalização do Turismo;**
- II – Módulo Operacional 1 – Sensibilização;**
- III – Módulo Operacional 2 – Mobilização;**
- IV – Módulo Operacional 3 – Institucionalização da Instância de Governança Regional;**
- V – Módulo Operacional 4 – Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional;**
- VI – Módulo Operacional 5 – Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional;**
- VII – Módulo Operacional 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa;**
- VIII – Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística;**
- IX – Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização;**
- X – Módulo Operacional 9 – Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa;**
- XI – Ação Municipal para a Regionalização do Turismo;**
- XII – Formação de Redes;**
- XIII – Turismo e Sustentabilidade.**





Os Cadernos de Turismo apresentam os passos para que os municípios das regiões turísticas brasileiras se organizem com base nos princípios da **sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional** e destaca os benefícios que a regionalização e a consolidação de roteiros turísticos oferecem ao turismo brasileiro.

As orientações contidas nesta coleção possibilitarão o alcance dos objetivos propostos pelo Programa de Regionalização do Turismo, tais como: a integração e cooperação entre os municípios, a ampliação e qualificação do mercado de trabalho, o aumento do tempo de permanência e do gasto médio do turista na região. A regionalização impulsiona uma melhor distribuição de renda, promove a inclusão social e possibilita a participação, no planejamento regional, dos municípios que não são dotados de potencial relevante para o turismo, fazendo com que eles busquem sua agregação no processo de desenvolvimento do turismo, por meio de suas potencialidades, peculiaridades e capacidade produtiva.

Neste Caderno “Introdução à Regionalização do Turismo” apresentamos de forma clara e sucinta a contextualização do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil no turismo nacional. Suas diretrizes políticas e operacionais, além dos outros doze Cadernos que completam esta coleção, também são apresentados. No final, consolidamos uma linha lógica de atuação para implementação dos Módulos Operacionais e de outros instrumentos do Programa, para que antes de ler cada exemplar desta coleção, se possa compreender a lógica do processo de regionalização do turismo.

Seja bem-vindo à regionalização do turismo do Brasil. Boa leitura!





Sumário

1. Introdução	12
2. Os Planos Nacionais de Turismo 2003-2007 e 2007-2010	14
3. O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil	18
4. Outros instrumentos de apoio à implementação do Programa	56
5. Considerações Finais	60
Fontes de consulta	65
Glossário	68





1 Introdução

O Ministério do Turismo lança a coleção **Cadernos de Turismo** com o objetivo de fortalecer e estimular o processo de implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Essa medida tem por finalidade qualificar os profissionais ligados ao turismo e toda a comunidade envolvida para que compreendam e absorvam as diretrizes e princípios propostos para o processo de desenvolvimento do turismo regional. É necessário que o poder público, os empresários, a sociedade civil, as instituições de ensino e as organizações do **terceiro setor** trabalhem, de forma harmônica, em sintonia com as especificidades locais e os instrumentos operacionais disponíveis, tornando possível a qualificação exigida para a gestão integrada da atividade turística.

Vejamos, a seguir, como pode ser entendido, neste contexto, o termo **regionalização**.

A regionalização, proposta como política pública de turismo significa olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. Propõe-se olhar a região, e não mais o município isolado. Essa visão se alinha a tendências internacionais que buscam um maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos a fim de que se possam criar condições e oportunidades para revelar e estruturar novos **destinos turísticos**, qualificados e competitivos.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil confirma e concretiza os princípios norteadores do Plano Nacional de Turismo 2003-2007, que se fundamentou na descentralização das decisões e das ações, nos âmbitos estadual, regional e municipal. Atualmente se contextualiza como um Macroprograma no Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma Viagem de Inclusão. Esse inter-relacionamento que se estabelece entre estados, regiões e municípios exige esforços. Mas tais esforços estarão a serviço da construção de um modelo de desenvolvimento integrado e sustentável, que possibilita, pouco a pouco, a superação da pobreza e da exclusão social provocadas pelo aprofundamento das desigualdades regionais.



Assim, quando falamos em políticas públicas queremos dizer socialização e clareza no estabelecimento de objetivos, metas, prioridades e diretrizes na elaboração de projetos e programas, integrados com outras políticas de desenvolvimento. Significa identificar, organizar e articular a cadeia produtiva do setor turístico, para uma atuação harmônica, na busca de um posicionamento no mercado a curto, médio e longo prazos.



Os **Cadernos de Turismo** apresentam instrumentos, técnicas e orientações que deverão ser difundidos por toda a população das regiões turísticas brasileiras. O que se pretende é harmonizar e compatibilizar aquilo que é específico da cultura e dos conhecimentos locais e regionais, com os recursos disponíveis, para a criação, gestão e comercialização de produtos turísticos, com vistas ao desenvolvimento turístico regional sustentável.



2 Os Planos Nacionais de Turismo 2003-2007 e 2007-2010

2.1. Plano Nacional de Turismo 2003-2007

O Plano Nacional deve ser o elo entre os governos Federal, estadual e municipal, e entre as entidades não governamentais, a iniciativa privada e toda a sociedade. Deve ser fator de integração de objetivos, otimização de recursos e junção de esforços para incrementar a qualidade e a competitividade, aumentando a oferta de produtos brasileiros nos mercados nacional e internacional. (MTur, 2004)

Fundamentado 1) na diminuição das desigualdades regionais e sociais; 2) na geração e distribuição de renda; 3) na geração de empregos e ocupações e; 4) no equilíbrio do balanço de pagamentos, o Ministério do Turismo elaborou de forma coletiva, entre os diversos participantes da cadeia produtiva do turismo, o Plano Nacional do Turismo 2003-2007, tendo como premissa a ética e a sustentabilidade. O PNT 2003-2007 definiu sete Macroprogramas que geraram impactos positivos no processo de desenvolvimento do Brasil.

O PNT 2003-2007 traduziu uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, buscou a desconcentração de renda por meio da regionalização, da interiorização do desenvolvimento e da segmentação da atividade turística.

Com a reformulação do Conselho Nacional do Turismo, a instalação dos Fóruns Estaduais e a proposição da institucionalização da gestão regional, o PNT 2003-2007 implantou no País um novo modelo de gestão descentralizada, tendo em vista as necessidades das regiões, roteiros e destinos turísticos. Foi de grande importância a inovação na forma e no conteúdo das relações e interações de toda a cadeia produtiva. Essas interações tiveram por base uma visão ordenada e cooperada entre os diversos parceiros, o que resultou numa maior competitividade empresarial e proporcionou maior inclusão social, por meio do turismo, no Brasil.





2.2. Plano Nacional de Turismo 2007-2010

O Governo Federal, empreendendo esforços e eliminando obstáculos, está trabalhando para cumprir o compromisso de fazer do turismo uma prioridade nacional. E por que esse empenho do Governo Federal?

Trata-se de preparar o País para o futuro, olhando para a frente e construindo o que deverá ser esta atividade nos próximos anos, com base em um pensamento estratégico a partir do reconhecimento do turismo como atividade socioeconômica relevante, que requer planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes. Diante disso, foi lançado em junho de 2007, o **Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão**.

Fortalecer o turismo interno, promover o turismo como fator de desenvolvimento regional, assegurar o acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens e condições facilitadas, investir na qualificação profissional e na geração de emprego e renda e assegurar ainda mais condições para a promoção do Brasil no exterior, são algumas das ações que fazem do Plano Nacional do Turismo 2007-2010 um importante indutor do desenvolvimento e da inclusão social. (PNT 2007-2010, p. 11)

Dos objetivos e estratégias dos Macroprogramas do PNT 2007-2010 emanam diretrizes e programas que, articulados, devem satisfazer as demandas nacionais para a consolidação do turismo no País. Dessa forma, as seguintes metas foram estipuladas para o turismo no Brasil até 2007:

1. promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno;
2. criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações;
3. estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional;
4. gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas.

Para alcançar essas metas o PNT 2007-2010 foi estruturado a partir de oito Macroprogramas:

- Macroprograma 1 – Planejamento e Gestão;
- Macroprograma 2 – Informação e Estudos Turísticos;
- Macroprograma 3 – Logística de Transportes;
- **Macroprograma 4 – Regionalização do Turismo;**
- Macroprograma 5 – Fomento à Iniciativa Privada;
- Macroprograma 6 – Infra-estrutura Pública;



- Macroprograma 7 – Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos;
- Macroprograma 8 – Promoção e Apoio à Comercialização.

Com os Macroprogramas implementados e as metas alcançadas, os benefícios advindos do desenvolvimento do turismo no Brasil serão reais e visíveis, pois devem ser levadas em conta as afirmativas que se seguem:

- o turismo transforma-se em fonte geradora de novos empregos e ocupações, proporcionando uma melhor distribuição de renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades;
- o turismo contribui para multiplicar os postos de trabalho no território nacional, interferindo positivamente no âmbito da violência urbana e fortalecendo a segurança da população;
- o turismo transforma-se em agente da valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), fortalecendo o princípio da sustentabilidade;
- o turismo torna-se um instrumento de organização e valorização da sociedade, articulando seus interesses econômicos, técnicos, científicos e sociais, como o lazer, a realização de eventos, feiras e outras atividades afins;
- o turismo possibilita, por meio de programas de qualificação profissional, elevar a qualidade da oferta turística nacional, fator essencial para inserir o País competitivamente no mercado internacional;





- o turismo atua como mecanismo de estímulo a processos criativos, que resultam na geração de novos produtos turísticos apoiados nas especificidades de cada região, na autenticidade e na identidade cultural do povo brasileiro, fortalecendo a auto-estima nacional e a de nossas comunidades;
- o turismo constitui, a partir das novas políticas sociais, uma das maneiras mais eficazes de uso do tempo liberado do trabalhador, contribuindo para a sua saúde física e mental;
- o turismo, quando fortalecido internamente pela sociedade brasileira por meio de uma prática de consumo contínua e ordenada, cria as condições desejáveis para a estruturação de uma oferta turística qualificada, capaz de atender melhor o mercado internacional;
- o turismo, para alcançar as metas desejáveis no balanço de pagamentos, exigirá normatização e legislação adequadas, com vistas à facilitação e ao aumento da entrada de turistas estrangeiros;
- o turismo, por sua dinâmica, necessita de uma constante troca de informações entre os destinos turísticos, a oferta, e os mercados consumidores, o que requer investimentos constantes em *marketing*.



3 O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil

Agora, é necessário situar as bases do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. O Programa é fruto do Plano Nacional do Turismo 2003-2007: *Macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística*, que teve como ponto de partida o debate nacional com os segmentos representativos da sociedade, de modo a promover o desenvolvimento turístico sustentável de forma regionalizada no Brasil.

O Programa está ancorado em vigorosos pilares pacientemente alicerçados. A sua construção foi tomando forma e desenho, até se revelar como a concretização do sonho da comunidade turística nacional, acalentado por tantos anos. O Programa tem a própria cara do Brasil. Um Brasil imenso, vibrante, musical, cheiroso, alegre e colorido, contornado por belezas singulares, patrimônio natural e patrimônio cultural ricos e diversificados, gente carinhosa e hospitaleira, nascida do encontro de muitas raças, à espera de todos os povos.





Sendo assim, podemos, em poucas palavras, resumir o que até aqui se explicitou:

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo. Dessa forma, adotou-se o conceito de região turística como referência espacial, na qual se inserem os produtos turísticos

Uma indagação que pode ser feita é: Como surgiu a proposta de regionalização do turismo?

A proposta da regionalização do turismo partiu da observação de um fenômeno que vinha ocorrendo, em diferentes níveis de organização e com resultados também diferenciados, em vários estados brasileiros. Os roteiros turísticos, em alguns casos, extrapolavam as fronteiras dos municípios e até mesmo dos estados, seguindo critérios peculiares a cada contexto¹.

Algumas Unidades da Federação já desenvolviam suas políticas, utilizando, como unidade de estruturação, pólos, circuitos ou zonas turísticas. O Programa de Regionalização surgiu, então, como forma de dar continuidade às políticas e às ações utilizadas até aquele momento, ampliando-as para o enfoque regional, sem estabelecer padrões e modelos inflexíveis e incentivando a participação de agentes locais e a criatividade em cada região turística.

A partir dessa compreensão sobre a regionalização, constatou-se que a integração de municípios em uma região turística seria a melhor forma de incluir no processo de desenvolvimento os municípios que sempre ficaram à margem da implementação de políticas públicas. Por meio do desenvolvimento regional, esses municípios poderiam se beneficiar, de alguma forma, da atividade turística.

¹ Texto extraído (*ipsis litteris*.) do Relatório do Programa de Regionalização do Turismo: Panorama Geral e Propostas para o Futuro do Turismo no País (2007).



Nesse sentido, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil promove a delimitação geográfica em regiões turísticas, para fins de planejamento, definição de estratégias e gestão, gerando a integração, articulação intersetorial e cooperação entre os vários participantes da cadeia produtiva regional.

Conforme as Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, o processo de regionalização do turismo deve:

- envolver representantes de todas as instâncias – poder público, empresários, sociedade civil, instituições de ensino e terceiro setor – e abrir espaço para que todos contribuam com as ações do Programa na região;
- respeitar a diversidade de opiniões na construção do consenso, promovendo discussões conjuntas e negociações entre os participantes;
- levantar as diferentes visões de um mesmo problema em função de interesses, necessidades, expectativas e temores dos grupos envolvidos;
- levar em consideração o conhecimento local, as habilidades, as vocações, a cultura local e as experiências, para o seu aproveitamento e inclusão no processo de regionalização;
- considerar e respeitar as desigualdades e diferenças étnicas, sociais, culturais, históricas, econômicas e ambientais, entre outras, minimizando a interferência negativa ou preconceituosa no processo.

Assim, como deve ser entendido o envolvimento dos participantes?



O envolvimento é que determinará o comprometimento e cumplicidade entre os participantes, a fim de alcançar os objetivos propostos e as mudanças desejadas. A participação ativa de todos os segmentos sociais, empresariais e governamentais comprometidos com os objetivos do Programa é fundamental para essa integração efetiva desses atores na construção conjunta.

Toda dinâmica utilizada visando ao desenvolvimento turístico de uma determinada localidade ou



região requer a cumplicidade e o comprometimento de todos os parceiros envolvidos no processo. Em outras palavras, podemos dizer que é fundamental a formação de parcerias entre o poder público, os empresários, a sociedade civil, as instituições de ensino e o terceiro setor.

E como deve ser entendido o termo parceria?

Devemos entendê-lo como o envolvimento de dois ou mais protagonistas que visam a um interesse comum. É correto afirmar que os parceiros têm um papel importante em todo o processo, podendo contribuir efetivamente para a conquista dos resultados.

Diante do que se expôs, de acordo com as Diretrizes Políticas do Programa (MTur, 2004), sua estrutura de gestão está organizada do seguinte modo:



Fonte: MTur, 2004.





Agora vejamos quais as competências de cada instância de Coordenação do Programa:

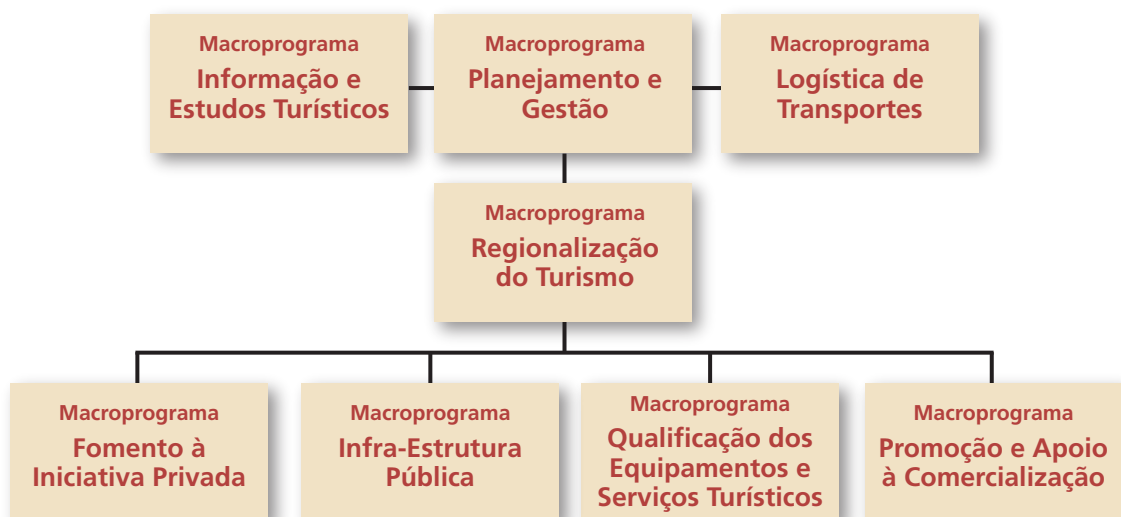
- 1) **Nacional** – Ministério do Turismo, apoiado pelo Conselho Nacional de Turismo
 - definir diretrizes estratégicas;
 - planejar e coordenar as ações, em âmbito nacional;
 - articular, negociar e estabelecer parcerias com as diversas esferas de governo, iniciativa privada e organizações não governamentais nacionais e internacionais;
 - monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito nacional;
 - produzir e disseminar dados e informações.
- 2) **Estadual** – Órgão Oficial de Turismo da Unidade da Federação, apoiado pelo **Fórum Estadual de Turismo**
 - elaborar diretrizes e estratégias alinhadas às nacionais;
 - planejar e coordenar as ações do Programa, em âmbito estadual e regional;
 - articular, negociar e estabelecer parcerias, em âmbito nacional e regional;
 - monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito estadual e regional;
 - produzir e disseminar dados e informações.
- 3) **Regional** – Instância de Governança Regional apoiada pelo Órgão Oficial de Turismo da UF e pelo Fórum Estadual de Turismo
 - planejar e coordenar as ações, em âmbito regional e local;
 - articular, negociar e estabelecer parcerias, em âmbito regional e local;
 - monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito local;
 - produzir e disseminar dados e informações.
- 4) **Local** – Órgão Municipal de Turismo, apoiado pelo **Colegiado Local**
 - mobilizar os segmentos organizados para o debate e a indicação de propostas locais para a região;
 - integrar os diversos setores locais em torno da proposta de regionalização;





- participar de debates e da formulação das estratégias locais para o desenvolvimento da região;
- planejar e executar ações locais, integradas às regionais.

Com o lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão, em junho de 2007, o Programa de Regionalização do Turismo ganha mais notoriedade e se consolida como estruturante e transversal. O novo PNT é composto por oito macroprogramas, como vimos no capítulo anterior, sendo que um deles é o *Macroprograma de Regionalização do Turismo* que norteia todos os outros macroprogramas, programas e ações do Plano. Ou seja, a regionalização do turismo ganha *status* dentro do PNT e se estabelece como um instrumento que contribui para o alcance de todas as metas estabelecidas para o turismo brasileiro até o ano de 2010.



Fonte: MTur, PNT 2007-2010, p. 58

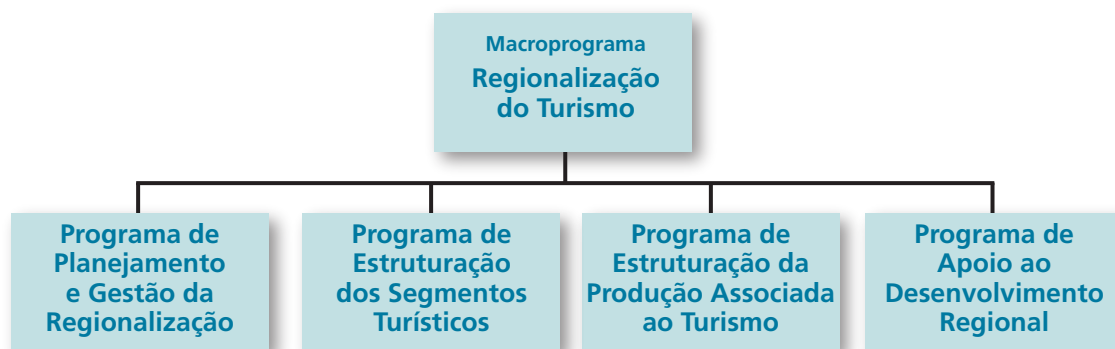
Agora como um macroprograma, sua responsabilidade aumentou e seus objetivos foram ampliados. Até o ano de 2010 pretende-se:

- promover o desenvolvimento e a desconcentração da atividade turística;
- apoiar o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das regiões turísticas;
- aumentar e diversificar produtos turísticos de qualidade, contemplando a pluralidade cultural e a diferença regional do País;



- possibilitar a inserção de novos destinos e roteiros turísticos para comercialização;
- fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos;
- potencializar os benefícios da atividade para as comunidades locais;
- Integrar e dinamizar os arranjos produtivos do turismo;
- aumentar o tempo de permanência do turista nos destinos e roteiros turísticos;
- dinamizar as economias regionais.

É importante ressaltar que o Macroprograma Regionalização do Turismo é composto por quatro Programas, no âmbito do PNT 2007-2010. São eles:



Fonte: MTur, PNT 2007/2010, p. 67

E do que tratam esses Programas?

- **Programa Planejamento e Gestão da Regionalização** – contempla desde atividades de articulação, sensibilização e mobilização, até a elaboração de planos estratégicos das regiões turísticas. Tem efetiva atuação por meio da institucionalização de Instâncias de Governança Regionais, na formação de redes e na monitoria e avaliação do processo de regionalização.
- **Programa Estruturação dos Segmentos Turísticos** – propõe o ordenamento e a consolidação de cada segmento, a articulação e o fortalecimento de suas instâncias representativas e a padronização de referência conceitual, que juntamente com a estruturação da produção associada ao turismo configuram a base para a construção de roteiros turísticos.



- **Programa Estruturação da Produção Associada ao Turismo** – objetiva a identificação dos produtos associados ao turismo, artesanal, industrial, comercial e de serviços, como forma de ampliação e diversificação da oferta. Propõe meios de alavancar as oportunidades e superar os desafios para incorporar esses produtos e adequá-los ao mercado e ao processo de comercialização do turismo.
- **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo** – integra os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR. Visa assegurar o desenvolvimento sustentável e integrado, melhorar a qualidade de vida da população local, aumentar as receitas do setor e melhorar a capacidade de gestão da atividade em áreas de expansão e de potencial turísticos.

Mesmo com o status de Macroprograma, o Programa de Regionalização do Turismo mantém suas diretrizes e continuará sendo chamado de Programa, uma vez que já é assim identificado em todo o território nacional.

3.1. A região turística e os produtos turísticos

A visão local, centrada no município, deve alongar-se. O olhar deve ir mais longe, para abranger toda uma região. Chegar à idéia de região significa mudar o modo de pensar. Significa passar a olhar o território não apenas por suas características históricas, ambientais e culturais locais, mas passar a ver esses aspectos em inter-relações complexas e interdependentes com outros locais, em redes de cooperação e de esforço coordenado. E, mais que tudo, o espaço territorial é agora concebido como agente de transformação social, deixando de ser visto meramente como um espaço físico.

A regionalização do turismo, portanto, é um modelo de gestão de política pública, descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões².

² BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas. Brasília, 2004. p.11





Em outras palavras: regionalizar, conforme as Diretrizes Políticas do Programa de Regionalização (2004, p.11) é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local, regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada. Para implementar esse modelo é necessária a organização de um espaço geográfico em regiões, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística.

O que se percebe é que todo projeto de desenvolvimento local ou regional desencadeia novas relações sociais e políticas, além de um processo de reconstrução e de uma nova apropriação do **território**. O ordenamento territorial, articulado nesses novos moldes e convencionado a partir dos interesses coletivos da região, deve apresentar-se como sustentável e emancipador, ou seja, deve promover a inclusão econômica, social e cultural. Com o turismo não seria diferente.

Realizada a articulação regional, partimos para uma outra etapa. Podemos pensar em roteirização.

Como sabemos, a elaboração dos roteiros turísticos é papel da iniciativa privada, contudo, deve ser induzida pela Instância de Governança Regional. O procedimento adequado é: considerada a região, o planejamento deve voltar-se para a **roteirização turística**.

E o que significa roteirização?

Roteirizar é uma forma de organizar e integrar a oferta turística do País, gerando produtos rentáveis e comercialmente viáveis. A roteirização é voltada para a construção de parcerias e promove a integração, o comprometimento, o adensamento de negócios, o resgate e a preservação dos valores socioculturais e ambientais da região.³

Quais são os benefícios da roteirização?

A criação e a consolidação de novos roteiros possibilitam o aumento das taxas de visitação, de permanência e de gasto médio do turista nos destinos brasileiros, tendo como consequência imediata a geração e a ampliação de postos de trabalho e, como consequências de médio e longo prazos, a

³ BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística. Brasília, 2005.





promoção da inclusão social, uma melhor distribuição de renda e a redução das desigualdades regionais e sociais.⁴

Uma região será mais ou menos atraente turisticamente de acordo com seus atributos **endógenos** e **exógenos**, ou seja internos e externos, das necessidades, do perfil e da motivação daqueles que procuram por bens e serviços turísticos. É também essencial que a informação acerca da região esteja disponível ao público público-alvo e seja por ele apreendida, de forma a despertar o desejo de se deslocar até o atrativo. Outro fator importante é o acesso disponível à região, que dependerá das diferentes posições geográficas de cada segmento interessado em conhecer a região objeto de seu interesse. Também devem ser considerados os canais de distribuição trabalhados.

Diante disso, podemos afirmar que o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil entende o produto turístico do seguinte modo:

Produto turístico é o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço⁵.

O Módulo Operacional 8 do Programa de Regionalização do Turismo⁶ esclarece que este conceito foi adotado pelo Ministério de Turismo para fins de planejamento e definição de políticas públicas para a promoção e apoio à comercialização. Ressalta que a elaboração de um produto turístico deve estar intrinsecamente relacionada à demanda desejada, ou seja, o mercado ou segmento-alvo. A ampliação do conceito original de produto turístico se dá pela necessidade de maximizar, por meio da cooperação mútua, os recursos existentes, gerando produtos e serviços complementares que ajudarão na diversificação da oferta turística nacional, no aumento das oportunidades de negócio e no desenvolvimento humano.

Neste contexto, faz-se necessário esclarecer algumas peculiaridades acerca dos conceitos adotados pelo Programa, conforme apresentamos abaixo:

Podemos considerar que:

⁴ BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística. Brasília, 2005

⁵ Idem.





Região turística é o “espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território” (MTur, 2004).

A região turística ultrapassa os limites geopolíticos preestabelecidos no País, isto é, pode ser constituída por municípios de um ou mais estados ou de um ou mais países. Ressalta-se, também, que uma região turística pode conter uma ou várias rotas e um ou vários roteiros.

Uma dúvida que pode surgir: todos os municípios de uma região podem ser considerados turísticos?

Não. Nem todos os municípios de uma região são, necessariamente, turísticos, ou seja, nem todos são dotados de potencial relevante para o turismo. Há municípios que apresentam predominantemente algum outro tipo de atividade econômica e é nessa atividade econômica que deve ser focado o seu desenvolvimento. O que se propõe no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil é que esses municípios participem do planejamento regional e busquem sua agregação no processo de desenvolvimento do turismo, por meio de suas peculiaridades.

Podemos citar, por exemplo, um município que se desenvolve por meio da agropecuária. Se esse município fornecer leite, queijo, carne, couro etc., poderá integrar-se à rede de desenvolvimento regional transformando-se em uma unidade de apoio ao município vizinho, que tem como atividade econômica predominante o turismo.

Passemos, agora, à definição de rota e de roteiro turístico, segundo o MTur:

Roteiro turístico é um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística.

Rota é um percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística.

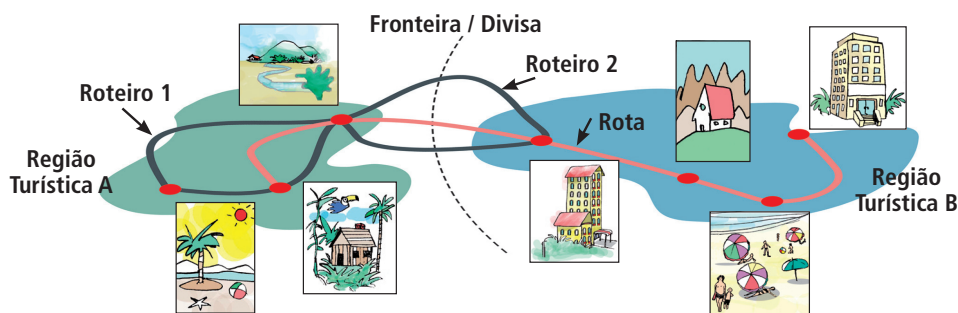




Em outras palavras: a rota é um itinerário com contexto na história, ou seja, o turismo se utiliza da história como atrativo para fins de promoção e comercialização turística. Ex. Estrada Real, Rota dos Tropeiros etc., onde o turista percorre o mesmo caminho trilhado por alguns personagens de uma determinada época. Na rota, existe uma seqüência na ordem dos destinos a serem visitados e há sempre um ponto inicial e um ponto final. É importante ressaltar, também, que uma rota pode contemplar vários roteiros e perpassar várias regiões turísticas.

E o roteiro turístico?

O roteiro turístico é mais flexível, pois não exige uma seqüência de visitação. Não tem obrigatoriamente um ponto inicial e um final. O turista começa a visitação de qualquer um dos destinos. Um roteiro turístico pode perpassar uma ou várias regiões e uma ou várias rotas – e ele é eminentemente temático.



Tanto a rota turística como o roteiro turístico são elaborados para fins de promoção e comercialização. Assim, podemos deduzir, de acordo com o que se explicitou até aqui, que:

Região turística é a base para planejamento e ordenamento da oferta turística existente e que rotas, roteiros e destinos podem constituir um produto turístico, que deve ser promovido e comercializado.





3.2. As diretrizes Políticas e Operacionais do Programa

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, conforme suas Diretrizes Políticas, apresenta três estratégias para alcançar a regionalização:

- gestão coordenada;
- planejamento integrado e participativo e
- promoção e apoio à comercialização.

O que se pretende com a adoção da **gestão coordenada**?

A gestão coordenada busca a formação de parcerias com vistas ao compartilhamento de propostas, responsabilidades e ações. Envolve as três esferas do poder executivo, mas também as instâncias que promovam a aproximação do poder público com a comunidade, tanto no planejamento como na gestão, aí incluída a avaliação.

O que significa **planejamento integrado e participativo**?

Planejamento integrado e participativo significa sonhar juntos, para pensar o turismo que queremos no curto, médio e longo prazos. Viabilizar a elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional de forma participativa significa democratizar os espaços e os mecanismos de representação política da sociedade civil, permitindo as mudanças, mas também os avanços estruturais necessários.

E, finalmente, o que se busca com a **promoção e o apoio à comercialização**?

A terceira estratégia, a promoção e o apoio à comercialização, caracteriza-se pelo estabelecimento de relações com os agentes de mercado, facilitadas pela atuação e interação institucional e setorial. O objetivo é proporcionar o ambiente, adequado às mudanças exigidas pela competitividade de mercado, utilizando-se esse contexto para favorecer o processo de inclusão social.

Portanto, implementar o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil significa promover a cooperação e a parceria de diferentes segmentos sociais, políticos e econômicos.

Vejamos, a seguir, quais os princípios que embasam a operacionalização do Programa. São eles:

- a participação;





- a sustentabilidade;
- a integração;
- a formação de redes;
- a descentralização.

Começemos pela **participação**.

A participação está muito ligada à idéia de cidadania, considerando-se que seria, antes de tudo, um processo de construção da cidadania. Se, para alguns, participar de maneira ativa na sua comunidade é uma atitude cotidiana e rotineira, outros segmentos precisam de situações que propiciem e que sejam encorajadoras a essa adesão. Para que a regionalização do turismo se dê de modo pleno, é necessário envolver e abrir espaço para todas as instâncias, públicas, privadas, terceiro setor, para o coletivo e para o individual.



Mas, devemos lembrar: não basta envolver e abrir espaço, pois a plena participação só acontecerá em clima de respeito à diversidade e no consenso das propostas, de modo a incluir todos os interesses.

O que queremos dizer é que o conhecimento e a sabedoria locais, as habilidades e as experiências, a cultura e suas práticas devem ser ouvidas e consideradas. É necessário ouvir e respeitar as desigualdades e as diferenças étnicas, sociais, culturais, históricas, econômicas e ambientais, sem preconceitos.

E a sustentabilidade⁶?

⁶ O detalhamento desse tema está no Caderno Turismo e Sustentabilidade.



A sustentabilidade é outro princípio importante. O desenvolvimento sustentável é aquele voltado para o ser humano, em termos econômicos, socioculturais, políticos e ambientais.

Assim, podemos dizer que:

A **sustentabilidade ambiental** implica compreender o meio ambiente como fator de desenvolvimento socioeconômico. Significa explorar os recursos da natureza sem destruir esses recursos, mas preservá-los para o usufruto das gerações futuras.



A **sustentabilidade sociocultural** supõe igualdade social, com respeito e preservação da história, dos valores, da cultura e da diversidade locais.

A **sustentabilidade econômica** se dá quando os resultados advindos dos benefícios conquistados pelo uso dos recursos locais geram oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo a diversidade e as cadeias produtivas e integrando redes solidárias de negócios.

A **sustentabilidade político-institucional** pressupõe que a institucionalidade deve inovar, permitindo a construção de políticas



públicas territoriais negociadas, compartilhadas, ressaltando conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício de cidadania.

O turismo, quando orientado por esses princípios, surge como atividade geradora de renda e criadora de postos de trabalho, com rentabilidade empresarial. Dessa forma, buscaram-se investimentos locais, o que contribuiu para o bem-estar da comunidade, em um processo de alocação e de gestão mais eficiente dos recursos, com um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

Sendo assim, e conhecendo esses princípios é que o Programa de Regionalização, desde sua concepção, adota a sustentabilidade como um de seus pilares.

Passemos, portanto, a um outro princípio: a **integração**.

A integração funciona como um movimento que aproxima as diversas instâncias de governo, os empresários, a sociedade civil, o terceiro setor e as instituições de ensino, para potencializar o resultados das ações e facilitar o alcance de objetivos comuns.

Quando se fala de turismo, por que a integração é particularmente importante? É importante porque só existe realmente a integração a que nos referimos, se a qualidade dos vários serviços e equipamentos for garantida. O que queremos dizer é que: da infra-estrutura urbana ao transporte, da hospedagem à alimentação, da informação à hospitalidade, tudo deve funcionar a contento e de forma harmônica.

E as **redes**⁷, como defini-las?

As redes são instrumentos de troca de informações, experiências e fortalecimento das relações entre os diversos parceiros envolvidos no processo de regionalização do turismo. A troca de informações organiza a colaboração desses agentes e permite que eles implementem ações comuns e articulações para o desenvolvimento do turismo. A rede constitui um processo transversal, que perpassa todas as fases do Programa. Ela promove a conectividade e os contatos entre os vários participantes, para que haja colaboração entre eles.

Por fim, devemos, ainda, acrescentar que a rede, assim como as parcerias público-privadas, é também um importante instrumento para que haja a descentralização.

⁷ O detalhamento desse tema está no Caderno Formação de Redes.





Vejamos o que significa **descentralização**.

Para o Programa de Regionalização do Turismo, descentralização significa fortalecer os espaços de participação, a desconcentração física e política das responsabilidades na gestão dos processos, e a autonomia no planejamento. O modelo de gestão do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil foi concebido com ênfase na ampliação da participação dos agentes dos processos, de descentralização, de planejamento, implementação, avaliação do desenvolvimento da atividade turística e estímulo à participação dos agentes locais das regiões e municípios.

3.2.1. Os Cadernos de Turismo

Com o intuito de disponibilizar conceitos, princípios e orientações para a condução do processo de regionalização nas regiões turísticas do País, o Ministério do Turismo – MTur promoveu e coordenou, de forma participativa, a elaboração das **Diretrizes Operacionais** do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, composta de nove Módulos Operacionais. Para cada um dos nove Módulos foi elaborado um documento técnico-orientador.

Para subsidiar a implementação desses Módulos, foram elaborados outros documentos com temas importantes para a implementação do Programa. São eles: Formação de Redes, Turismo e Sustentabilidade e Ação Municipal para a Regionalização.

Esses documentos são apresentados, agora, como os **Cadernos de Turismo**, com uma linguagem mais simples e didática, de forma a facilitar a compreensão de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento da atividade turística regionalizada. Esse conjunto de publicações se compõe, então, de treze Cadernos, somado com este que ora apresentamos, que trata sobre a **Introdução à Regionalização do Turismo**. Assim, cada região turística poderá implementar o Programa de acordo com a sua realidade, orientando-se no processo de regionalização do turismo por meio de algum dos Módulos apresentados nos Cadernos, uma vez que eles não são, necessariamente, seqüenciais.

As regiões turísticas poderão, dessa forma, resgatar ou aprimorar as ações já realizadas por outros programas e projetos de desenvolvimento da atividade turística em seus municípios. Assim, o que se busca é a valorização e respeito às especificidades locais e o envolvimento de todos os setores ligados ao turismo.

Apresentamos, a seguir, os Cadernos de Turismo, que compõem esta coleção:





Módulo Operacional 1: SENSIBILIZAÇÃO

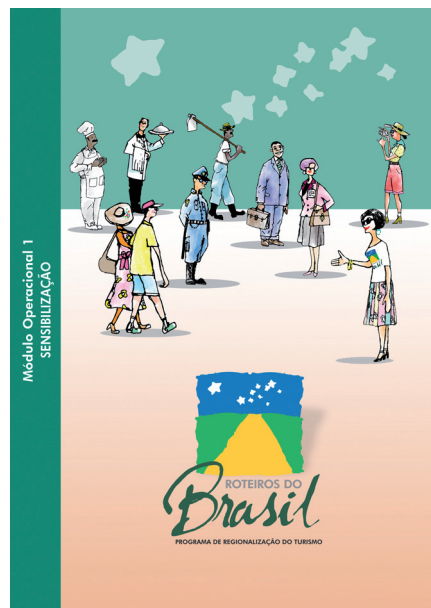
Para o sucesso do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, é importante que todos estejam sensíveis para ver, sentir e entender o turismo. E como podemos entender o conceito de Sensibilização?

Antes de mais nada, é preciso descobrir nossas próprias cidades. Isso significa percorrê-las com o olhar curioso do viajante, percebendo o que, em nossa região, é diferente e especial. É possível fazer com que o desenvolvimento turístico se torne realidade, mas, para tanto, é necessário estar sensível e tomar iniciativas, ser criativo e trabalhar em conjunto. Quando as pessoas estão sensíveis e organizadas em torno de um interesse coletivo, as ações alinhadas a esse interesse, propostas pelos diversos programas do Estado e de outras organizações, tornam-se mais eficientes. A consequência são os benefícios mais facilmente distribuídos entre todos.

Nesse Caderno, as orientações indicam:

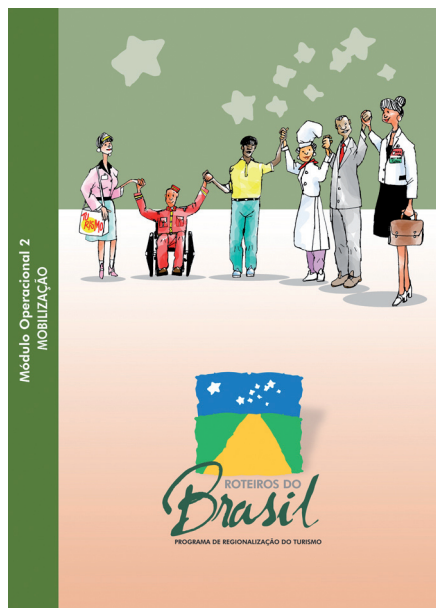
- quando, por que e quem deve ser sensibilizado para implementar o Programa;
- quais os procedimentos básicos para o estabelecimento e o desenvolvimento de trabalhos em grupo nas regiões turísticas;
- sugestões de instrumentos e recursos, como textos e jogos, para serem utilizados nas atividades de sensibilização.

As orientações contidas nesse Caderno devem ser implementadas no início do processo de regionalização e utilizadas, também, durante todos os outros Módulos do Programa.





Módulo Operacional 2: MOBILIZAÇÃO



Primeiramente, devemos ter em mente, neste contexto, o que significa mobilizar.

Mobilizar é reunir pessoas, poder público, empresários, comunidade local, instituições de ensino e outros agentes em torno de objetivos comuns, que poderão ser alcançados por meio do empenho, da participação e da união de todos os setores da sociedade. O objetivo principal da Mobilização, no Programa de Regionalização do Turismo, é promover, articular e integrar os agentes regionais, de forma a permitir que as comunidades assumam a condução do desenvolvimento turístico e a responsabilidade sobre ele.

A Mobilização, bem como a Sensibilização, são duas das principais ações que devem permear o Programa em todas as suas fases.

Nesse Caderno, são abordados:

- o conceito do que vem a ser Mobilização;
- informações de quando, por que e quem deve ser mobilizado;
- objetivos e estratégias para as ações de Mobilização;
- importância e potencialidades geradas pelo engajamento dos diversos agentes sociais presentes na região;
- sugestão de recursos e instrumentos práticos e acessíveis para promover a participação.





Módulo Operacional 3: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL

Instância de Governança Regional, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, é uma organização representativa do poder público, do setor privado e da sociedade civil organizada dos municípios que compõem as regiões turísticas. Pode ser um conselho, fórum, comitê, associação etc. Essa organização é responsável pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo em âmbito regional, bem como pela tomada de decisões políticas, econômicas e sociais.

Qual seria, então, a definição do termo governança?

Governança diz respeito ao ato de governar, conduzir, reger. Portanto, a expressão Institucionalização de Instâncias de Governança Regionais significa o estabelecimento de diferentes níveis de decisão para conduzir o desenvolvimento turístico de uma região.

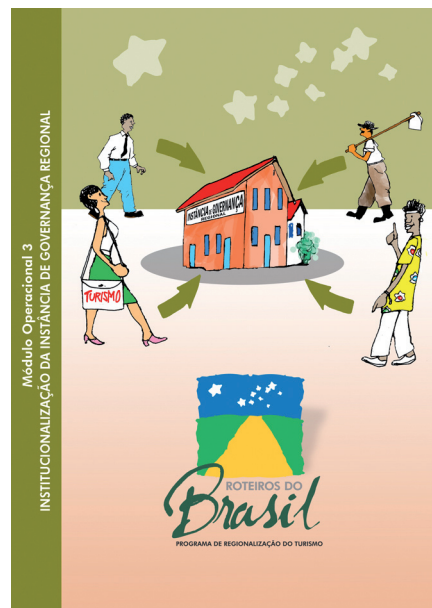
E institucionalização, o que significa?

Institucionalizar é o mesmo que estabelecer, portanto, institucionalização é o mesmo que estabelecimento.

Mas, é importante observar que Governança pressupõe o exercício compartilhado do poder. Esse tipo de poder, para ser exercido, exige que se adote um meio que possibilite contornar os problemas que nascem das diferenças entre os protagonistas sociais.

Portanto, criar estruturas de governança significa definir um diálogo e interações entre os membros da organização, de maneira a desenvolver a participação e o engajamento deles no processo de decisão. Dessa forma, pretende-se valorizar as estruturas descentralizadas.

Como já explicitado, o Programa respeita a autonomia e o estágio de desenvolvimento turístico de cada Estado. Sendo assim, para as regiões





turísticas que ainda não possuem Instância de Governança Regional, propõe-se a sua institucionalização. Onde ela já existir, sugere-se seu fortalecimento ou ampliação, de forma a assumir mais um papel: o de coordenar o Programa na respectiva região turística.

Diante disso, podemos resumir o conteúdo desse Caderno, afirmando que ali são indicadas as principais formas de institucionalização de Instâncias de Governança Regionais, bem como os aspectos de aplicabilidade, forma de criação, representatividade, processo administrativo, procedimentos e suas rotinas. São fornecidos, portanto, os seguintes esclarecimentos:

- o que são as Instâncias de Governança Regionais;
- quando e por que institucionalizá-las;
- quem deve delas participar;
- como se desenvolve o processo de institucionalização;
- quais os objetivos e estratégias propostos para este Módulo e
- quais os elementos para a gestão de uma Instância de Governança Regional, após a sua total institucionalização.



Módulo Operacional 4: ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL

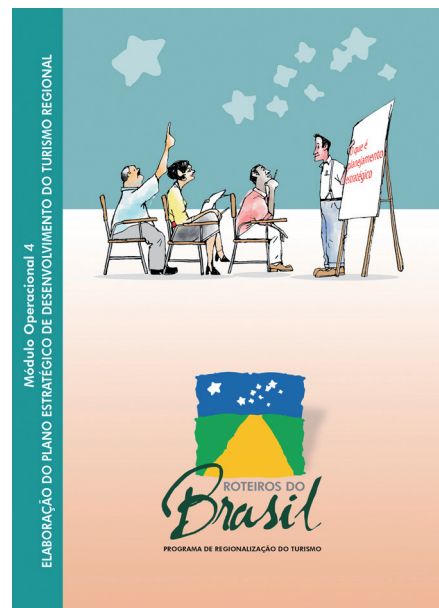
O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional é o principal instrumento que orienta toda a estratégia de desenvolvimento de uma região. Ele deve estabelecer a visão de futuro desejada para o turismo na região, prevendo ações e projetos de curto, médio e longo prazos, além de identificar parceiros e fontes financiadoras.

O detalhamento das ações deverá ocorrer durante a implementação do Plano, em projetos específicos, que abordem aspectos táticos e operacionais. O Plano deverá ser elaborado diretamente pela Instância de Governança Regional ou por meio de contratação de especialistas, e será o principal instrumento de orientação, diálogo e negociação entre o órgão executor e os demais envolvidos.

É importante enfatizar que a participação é fundamental em todas as etapas do processo de planejamento e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Isso porque se busca a integração das ações de todos no processo de regionalização do turismo e, conseqüentemente, ao seu planejamento estratégico.

Como sabemos, todo planejamento, para definir uma previsão de futuro, deve basear-se na identificação e análise das oportunidades e das ameaças existentes, assim como numa avaliação de seus pontos fortes. Os pontos fortes serão articulados em benefício da sociedade. Os pontos fracos servirão para conhecer limitações e buscar superá-las. O planejamento pode abranger diferentes níveis, de acordo com o alcance de suas ações, do espaço de tempo projetado e o detalhamento de seu conteúdo.

Devemos ter em mente também que, dependendo do modelo de planejamento, as estratégias empregadas são diferentes. Uma das principais características do planejamento estratégico é o seu direcionamento para os efeitos e impactos futuros, decorrentes das decisões tomadas no presente.





O planejamento estratégico tem como produto final o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional.

Esse Caderno detalha as etapas de elaboração do Plano Estratégico e orienta para que este seja realizado de forma integrada e participativa. Além disso, elenca os principais instrumentos de planejamento para viabilizar a concepção participativa de ações e projetos. Por fim, podemos dizer que esse Caderno apresenta:

- orientações para gestores acerca do que venha a ser planejamento estratégico;
- informações acerca de quais os aspectos que devem constituir-lo;
- orientações sobre como elaborar, desenvolver, monitorar e avaliar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional.



Módulo Operacional 5: IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL

A implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional prevê a elaboração de diversos projetos específicos. Essa ação deve ser coordenada pela Instância de Governança Regional, e deve contar com uma equipe gestora capacitada. Uma das competências dessa equipe é a negociação e a articulação com os diversos parceiros para a implementação do Plano, por meio de execução de projetos específicos.

Como se processa a implementação de um Plano Estratégico?

Em primeiro lugar, devemos dizer que a implementação de um Plano Estratégico não é tarefa simples. Trata-se de um processo caracterizado por sucessivas etapas, seqüenciais e interligadas, independentemente do estágio de desenvolvimento turístico em que a região se encontre.

Portanto, é imprescindível que as ações referentes à execução do Plano sejam articuladas e coordenadas para evitar conflitos e desperdício de tempo e de recursos. Isso significa que deve haver um processo contínuo e permanente de articulação entre todos os setores envolvidos com a atividade turística, com vistas à integração de seus membros e ao fortalecimento das interações interinstitucionais.

As etapas fundamentais da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional são:

- formação e capacitação de uma equipe gestora;
- elaboração detalhada de cada um dos projetos específicos;
- elaboração detalhada de um plano operacional;
- orçamento detalhado;
- contratação da execução dos projetos específicos;





- provimento de incentivos e recursos materiais;
- estabelecimento e formalização das parcerias.

Nesse contexto, o Caderno ressalta a importância da implementação do Plano Estratégico e apresenta diretrizes e modelos para elaboração de projetos específicos, além de sugestões para a implementação destes.



Módulo Operacional 6: SISTEMA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS DO PROGRAMA

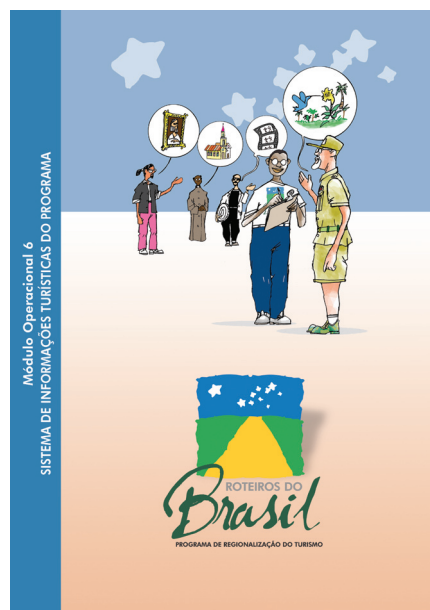
O Sistema de Informações Turísticas pretende atender às ações prioritárias estabelecidas nas Diretrizes Políticas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, por meio da implantação de um sistema de informação que resgate, reúna, organize e faça circular dados e informações.

Para atingir este objetivo, fez-se necessária a criação e a utilização de instrumentos de execução programática ajustados à construção de redes interativas de relacionamento, passando-se a conduzir os processos de operação a partir dessas redes.

E quais são, especificamente, os objetivos do Sistema de Informações Turísticas?

O Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização do Turismo tem como principal objetivo resgatar e reunir dados confiáveis e atualizados sobre as regiões turísticas e seus municípios, permitindo a circulação da informação. Ele deve ser alimentado pelas instâncias federal, estadual, regional e municipal. As Diretrizes Operacionais do Programa prevêm a gestão das informações geradas durante o processo de regionalização, da inventariação da oferta turística, e demais dados das regiões, consolidadas em um único banco de dados e disseminadas a partir dele. É importante ressaltar que a comunicação adequada à mobilização social é antes de tudo, dialógica, libertadora e educativa. Tais características estão intrinsecamente relacionadas, não existindo de maneira isolada.

O Sistema objetiva, também, fornecer o maior número possível de dados, informações e pesquisas sobre o turismo brasileiro, para melhor subsidiar os processos de avaliação de resultados das políticas e planos destinados ao setor. Também se pretende contribuir com subsídios para os processos de estruturação da cadeia produtiva, de forma a propiciar impactos positivos quanto à qualidade e à competitividade do produto turístico brasileiro. Finalmente, o Sistema





possibilitará uma melhor distribuição de recursos e subsidiará a estruturação das ações estratégicas na promoção e comercialização dos produtos turísticos das regiões turísticas brasileiras.

Esse Caderno apresenta de forma sucinta:

- o que é o Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil;
- quais as etapas de desenvolvimento de um sistema de informações;
- quais os subsistemas que, desenvolvidos de forma relacional, compõem o Sistema de Informações:
 - Sistema de Cadastro dos Empreendimentos, Equipamentos e Profissionais da Área de Turismo – CADASTUR;
 - Sistema de Inventariação da Oferta Turística – INVTUR;
 - Site da Rede Nacional de Regionalização do Turismo – RedeReg;
 - Sistema de Gerenciamento das Informações do Programa de Regionalização do Turismo – PRTur;
 - Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa de Regionalização – SMA;
 - Sistema de Apoio a Distância (SAD).



Módulo Operacional 7: ROTEIRIZAÇÃO TURÍSTICA

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil estabelece a roteirização como forma de organizar a oferta turística brasileira.

De que modo podemos caracterizar a roteirização?

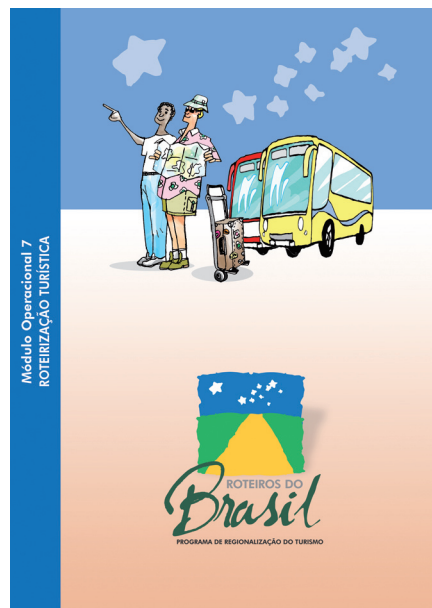
Trata-se de uma importante estratégia para integrar atrativos, estabelecer parcerias e cooperação, e agregar atratividade a partir da **segmentação turística**. Desta forma, preserva-se a identidade e diversifica-se a **oferta turística**.

Com toda a certeza, a criação e a consolidação de novos roteiros propiciam condições para alcançar os objetivos propostos pela regionalização do turismo, dentre os quais a inclusão social e a redução das desigualdades regionais e sociais, como já citado no item 3.1 deste Caderno.

Numa concepção de vanguarda, podemos dizer que turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que se visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo, intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social; de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica.

Certamente, todos esses fatores ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si: para fruição, tanto material como subjetiva, dos conteúdos de sonhos, desejos, e imaginários; de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios.

Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos. Nele se inclui a compra de bens e serviços da oferta original, e a diversidade de atrações e de equipamentos a ela agregados, em mercados globais, com produtos competitivos.





Considerando isso, esse Caderno define:

- o que é um roteiro turístico;
- o que vem a ser o processo de roteirização turística;
- a importância do *marketing*;

E apresenta, ainda:

- os passos a serem seguidos na elaboração e operacionalização de um roteiro;
- descrição das vantagens que poderão ser obtidas com a consolidação de roteiros intermunicipais;
- atribuições de todos os envolvidos no processo;
- alguns procedimentos para a estruturação dos roteiros turísticos.



Módulo Operacional 8: PROMOÇÃO E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

Veamos, a seguir, como devem ser entendidas a promoção e a comercialização de produtos turísticos.

Esse Módulo traz orientações importantes para que se planejem os processos de promoção e comercialização de roteiros turísticos, com vistas a maximizar os recursos aplicados. Apresenta orientações para que se possa criar um relacionamento próximo com o mercado consumidor e fortalecer a imagem do produto, dando suporte ao processo de comercialização.

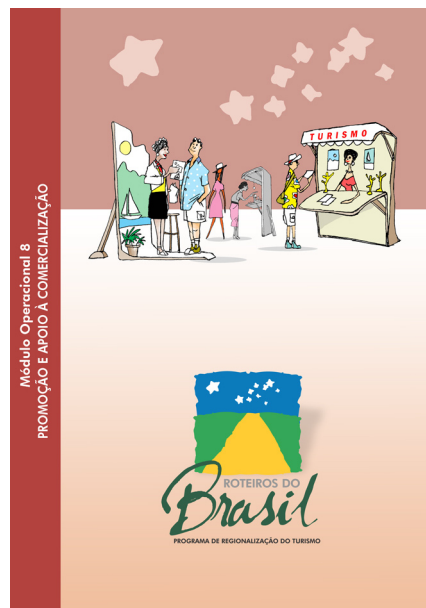
A formação de redes e a educação para o mercado são as principais propostas a serem adotadas, de modo integrado, pelo poder público em todas as suas instâncias, pela iniciativa privada e pela sociedade civil organizada, cada um no âmbito de suas competências e limitações.

Outras instituições devem ser incentivadas a contribuir na efetivação de instrumentos apropriados de promoção e comercialização e nas relações de negociação, propiciando o aumento da competitividade.

Agora, vamos esclarecer como se desenvolve esse processo de promoção e apoio à comercialização.

No primeiro momento, a promoção tem a função de tornar o produto conhecido do público, motivando o consumo. Posteriormente, por meio de ações de comunicação direcionada, busca-se fidelizar o consumidor.

Para que o objetivo de aproximação da oferta e do mercado seja atingido, torna-se necessário o estabelecimento de uma relação clara entre a imagem do destino, o imaginário a ele agregado, o posicionamento do mercado e as estratégias de comunicação que serão utilizadas.





Esse Caderno apresenta:

- orientações importantes para que se planejem os processos de promoção e comercialização de roteiros turísticos, com vistas a maximizar os recursos aplicados;
- o passo a passo da elaboração de um Plano de Negócios e o de Marketing para um roteiro;
- conceitos de produtos turísticos;
- sugestão de formas e estratégias de promoção e de apoio à comercialização de roteiros turísticos;
- identificação dos principais agentes, suas competências e funções no processo de promoção e apoio à comercialização de roteiros turísticos.





Módulo Operacional 9: SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Vejamos, a seguir, no que consiste o Sistema de Monitoria e Avaliação.

Trata-se de um dos instrumentos de gestão da regionalização do turismo e funciona como uma ferramenta eficaz para subsidiar a tomada de decisões, tanto das organizações públicas, como do setor privado e da própria comunidade. Desta forma, a monitoria e a avaliação dos resultados são interdependentes e não podem ser efetivados separadamente.

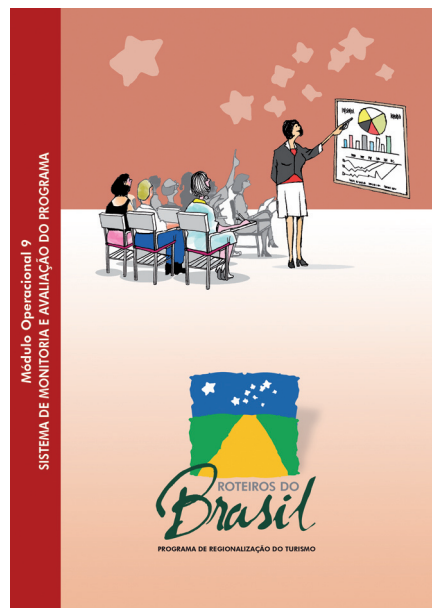
É preciso ter clareza de que todos os Planos, Programas e Projetos implementados devem ser contemplados em um Sistema de Monitoria e Avaliação. Isso porque existe um estreito relacionamento entre o planejamento, monitoria e avaliação.

De que forma se estabelece essa relação entre planejamento e monitoria?

Em primeiro lugar, quando se formula um plano, programa ou projeto, realiza-se uma linha de base, diagnóstico ou marco zero, no qual se analisa a situação da população alvo e/ou grupo-alvo, antes da intervenção. Posteriormente, no processo de monitoria e avaliação, essa situação inicial serve de comparação para medir o progresso alcançado, ou não, pelo plano, programa ou projeto.

Em segundo lugar, em função dos resultados da monitoria ou da avaliação, pode-se tomar a decisão de adequar, modificar ou reformular atividades, componentes, cronogramas e outros elementos do planejamento ou formulação inicial.

Em terceiro lugar, os resultados das avaliações realizadas, sobretudo ao término da execução, permitem que a experiência obtida, as melhores práticas identificadas ou as lições extraídas das experiências sejam aproveitadas no desenho e na formulação de novos planos, programas ou projetos. Leve-se





em conta, ainda, que os resultados das avaliações proporcionam, com base na experiência, o estudo de alternativas às políticas públicas de turismo vigentes.

Resumindo, podemos afirmar que este Caderno enfatiza o estreito relacionamento que une o planejamento, a monitoria e a avaliação, além de apresentar:

- conceitos, princípios e orientações sobre como planejar um Sistema de Monitoria e Avaliação;
- funções, tarefas e instrumentos de monitoria e avaliação para uma melhor gestão do Programa.





Conteúdo Fundamental: AÇÃO MUNICIPAL PARA A REGIONALIZAÇÃO

Na construção do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil ficou claramente estabelecida a necessidade de compreender que as regiões turísticas identificadas comportam diferentes modelos político-administrativos, em decorrência dos princípios da descentralização e autonomia das Unidades da Federação e do compromisso firmado com a rede de parcerias integrada ao Programa.

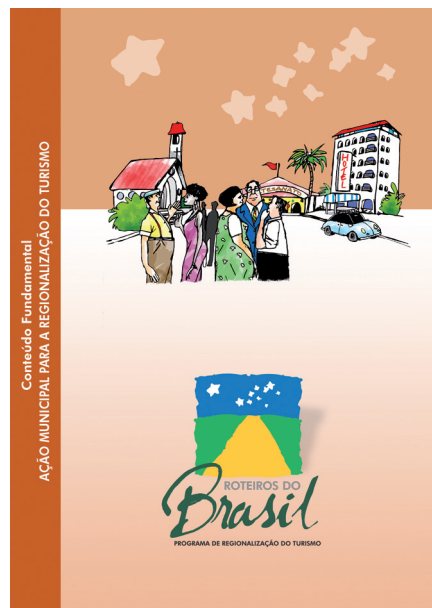
Assim é que aparecem vários modelos, como os consórcios de municípios, as bacias hidrográficas, a paisagem cultural que integra territórios de mais de um Estado – e também países – e regiões administrativas.

Dessa forma, é necessário responder à seguinte questão: como eleger as melhores estratégias para que o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil alcance o desenvolvimento sustentável do turismo no município e na região?

Sabe-se que cada comunidade tem seus próprios mecanismos, sua forma de ser, de agir e se relacionar, seus tempos. Como decorrência, cada um dos envolvidos deve compreender a realidade local e a vontade para contribuir com a mudança. Verifica-se o debate ativo entre as diferentes instituições locais – governamentais e da sociedade civil organizada e comunidade – em seus diferentes setores, com a clara definição de suas responsabilidades na execução das políticas para o desenvolvimento sustentável. Uma mudança nesses moldes confere poder aos agentes envolvidos nesse processo de reestruturação da realidade. E esse poder deve ser compartilhado entre os componentes individuais e coletivos.

Mas é preciso ressaltar como o termo poder está aqui utilizado.

Deve-se entender a noção de poder como a possibilidade de expressão e ação do ser humano, bem como sua capacidade de realização e sua liberdade





de expressão. Só assim será possível desenvolver as habilidades necessárias para que se obtenha reais transformações sociais.

Esse Caderno apresenta, então:

- o histórico do processo de municipalização do turismo no Brasil;
- a sua integração com as atuais políticas e programas para o turismo;
- os instrumentos do Programa de Regionalização do Turismo e sua aplicação, em âmbito municipal, para estruturar e qualificar a oferta turística brasileira existente, com vistas a fortalecer a gestão municipal do turismo e promover o desenvolvimento local e regional, respeitando os princípios da sustentabilidade.



Conteúdo Fundamental: FORMAÇÃO DE REDES

Com o estímulo à formação de redes locais, regionais e/ou estaduais, pretende-se levar maior dinamismo às regiões turísticas, abrindo novos caminhos e espaço de atuação para novas lideranças. O objetivo central é fortalecer os participantes do Programa, principalmente na esfera da tomada de decisões e, ainda, apoiar a promoção e a comercialização, além de promover o aumento da competitividade dos produtos turísticos.

O que é exatamente a formação de redes?

A formação de redes de relacionamentos é uma ação que perpassa todas as fases do Programa. A rede tem como estratégia promover a conectividade, com o objetivo de realizar ações sistemáticas de promoção de contatos entre os vários participantes. A segunda estratégia visa a estimular o trabalho conjunto e a construção de parcerias. Isso significa estreitar as relações já constituídas, os contatos estabelecidos, as conexões já efetivadas. Busca-se fortalecer as relações por meio do trabalho conjunto.

Quer dizer: induz-se à colaboração, objetivando promover contato dos projetos e trabalhos executados pelos participantes com os projetos e trabalhos executados pelos demais parceiros. O resultado previsto é a obtenção de sinergia, a ampliação e a extensão de seu impacto.

A terceira estratégia está direcionada a promover e apoiar a troca de informação.

Assim é que a difusão de informações constitui o eixo estruturado de todo o projeto da rede. Um conjunto de instrumentos deverá ser implementado para promover e dar as condições para que as informações possam circular entre os participantes, de forma a contemplar suas demandas específicas por conhecimento, informações, dados e metodologias, e atender às suas variadas necessidades de intercâmbio.





O Caderno sobre Formação de Redes apresenta:

- princípios e modos de funcionamento das redes, para que os diversos parceiros espalhados pelas regiões turísticas possam, na medida de suas necessidades e desejos, desenvolver projetos ou processos de rede de forma descentralizada e autônoma;
- bases do projeto da Rede Nacional de Regionalização do Turismo, que podem servir de referência para práticas e projetos de rede em outros âmbitos.





Conteúdo Fundamental: TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Para que o Programa alcance os seus objetivos, um conjunto de princípios devem ser considerados e respeitados. Assim, para que a atividade turística cumpra seu papel participativo e de inclusão social, transformando-se em instrumento de desenvolvimento sustentável em âmbito regional e nacional, destacam-se a participação, a integração, a descentralização e a sustentabilidade.

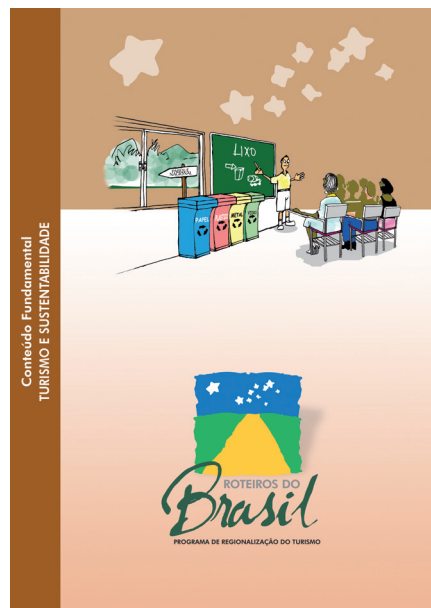
E como devemos entender desenvolvimento sustentável?

Desenvolvimento sustentável, no âmbito do Programa de Regionalização, é entendido como a atividade que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações, sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.

Esse Caderno tem como objetivo apresentar os princípios fundamentais em que se apóia o conceito de sustentabilidade nos âmbitos ambiental, sociocultural, econômico e político-institucional, a partir de uma visão global das possibilidades, riscos, limites e tendências, contribuindo para o aprimoramento das ações no campo do turismo.

O Caderno apresenta:

- os princípios fundamentais em que se apóia o conceito de Sustentabilidade nos âmbitos ambiental, sociocultural, econômico e político-institucional;
- o papel da atividade turística na sustentabilidade;
- os indicadores de sustentabilidade e os impactos (positivos e negativos) causados pelo turismo e
- as competências de todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo sustentável.





4 Instrumentos importantes para a implementação do Programa

4.1. Inventário da Oferta Turística



O Projeto de Inventário da Oferta Turística é um importante instrumento de apoio à implementação do Programa de Regionalização do Turismo. A inventariação da oferta turística consiste no levantamento, na identificação e no registro dos **atrativos, serviços e equipamentos turísticos** e da **infra-estrutura de apoio ao turismo**.

Com o Inventário da Oferta Turística podem ser conhecidas as características e a dimensão da oferta. Ou seja, mostra-se o que precisa ser melhorado ou aperfeiçoado, quais as iniciativas que devem ser tomadas, de modo a permitir aos municípios e às regiões desenvolver o turismo de forma sustentável, aumentando a qualidade do produto turístico, a satisfação dos turistas, e contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população local.

O inventário tem como objetivo formar, em um banco de dados, uma base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística brasileira. Para tanto, estão sendo estabelecidas parcerias com os governos estadual e municipal, suas representações em esfera regional - instâncias de governança regional, instituições de ensino superior e entidades representativas do setor turístico.

O Projeto Inventário da Oferta Turística já está sendo implementado no País e já dispõe de um sistema para inserção dos dados, o INVTUR, que compõe o Sistema de Informações Turísticas do Programa, apresentado no Módulo Operacional 6 desta coleção. O *site* pode ser acessado por meio de um *link* na página eletrônica do Programa de Regionalização do Turismo <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao> ou diretamente pelo endereço <http://www.inventario.turismo.gov.br>. Outras informações podem ser obtidas pelo correio eletrônico: inventario@turismo.gov.br.





4.2. Rede Nacional de Regionalização do Turismo

A **Rede Nacional de Regionalização do Turismo** é um instrumento de troca de informações, experiências e fortalecimento das relações e parcerias entre os diversos agentes envolvidos no **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Trata-se de uma estratégia de troca de informações que propicia a colaboração de todos os atores envolvidos no processo de implementação do Programa e permite a formalização de parcerias e a operacionalização de ações comuns para o desenvolvimento do turismo regional.

Portanto, é um projeto de estímulo e, ao mesmo tempo, de apoio à execução das parcerias entre os agentes envolvidos com o desenvolvimento das regiões turísticas e que permitirá a atuação compartilhada no planejamento das ações.

As redes locais, regionais, estaduais devem fundir-se à Rede Nacional de Regionalização do Turismo para que se possa conectar todos os agentes envolvidos com a regionalização do turismo e promover o intercâmbio entre os participantes de todas as regiões turísticas.

Assim, a Rede serve para fazer surgir soluções, de modo que elas sejam disseminadas por outros participantes em outros lugares, facilitando o acesso à inovação e promovendo a difusão dos casos de sucesso. A idéia é aproximar e ligar de forma produtiva os participantes, para que, juntos, eles possam trabalhar para o desenvolvimento do turismo brasileiro.

O *site* da Rede Nacional, apresentado no Caderno de Turismo: Módulo Operacional 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa merece destaque, pois possui um conjunto de funcionalidades capazes de atender à demanda diversificada por informação no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo como grupos de discussões, boletim informativo eletrônico, encontros virtuais, “ofereço e procuro”, entre outros. O *site* pode ser acessado por meio de um *link* na página eletrônica do Programa de Regionalização do Turismo <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao> ou diretamente pelo endereço <http://www.redereg.turismo.gov.br>.

4.3 Salão do Turismo – Roteiros do Brasil

O Salão do Turismo – Roteiros do Brasil é o maior encontro presencial da Rede Nacional de Regionalização e constitui uma estratégia do Programa de Regionalização do Turismo para apresentar, promover e incentivar a





organização e comercialização dos roteiros turísticos do Brasil. Tem como público alvo gestores públicos, empreendedores de micro e pequenas empresas, profissionais do setor, operadores e agentes de turismo receptivos, profissionais da imprensa, pesquisadores, professores, estudantes e, especialmente, o público em geral, já que o Salão visa a gerar demanda aos novos roteiros turísticos.

O Programa de Regionalização do Turismo enfrentou corajosamente as etapas correspondentes ao processo de planejamento, ao expor à sociedade brasileira seus conceitos e concepção de regionalização do turismo, no primeiro e no segundo Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, realizados em São Paulo, respectivamente em 2005 e 2006. Esses dois eventos foram fundamentais para garantir aos seus gestores a certeza do mérito de seu trabalho, do seu saber-fazer.

Os Salões de Turismo apresentaram os primeiros resultados concretos de um Programa que tem o compromisso com a inclusão irrestrita de todos os brasileiros que buscam oportunidade de afirmação de sua cidadania e efetiva inclusão social por meio de trabalho, renda e boas condições de vida. Neles, a sociedade brasileira pôde conhecer produtos turísticos já formatados para a comercialização. Os Salões de Turismo também confirmaram a riqueza e a diversidade da marca Brasil, em turismo.

Com a consolidação do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, várias Unidades da Federação já estão realizando os seus Salões Estaduais de Turismo, nos mesmos moldes. A mesma estratégia poderá ser adotada, também, pelas regiões turísticas e/ou municípios.

O *site* do evento pode ser acessado por meio de um *link* na página eletrônica do Programa de Regionalização do Turismo <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao>.

Estrategicamente o Salão será realizado a cada dois anos, para que as regiões turísticas e as Unidades da Federação tenham tempo suficiente para estruturar novos roteiros turísticos a serem apresentados à sociedade e ao mercado. Mais informações poderão ser obtidas pelo correio eletrônico salao.turismo@turismo.gov.br.

4.4. Sistema de Apoio a Distância do Programa

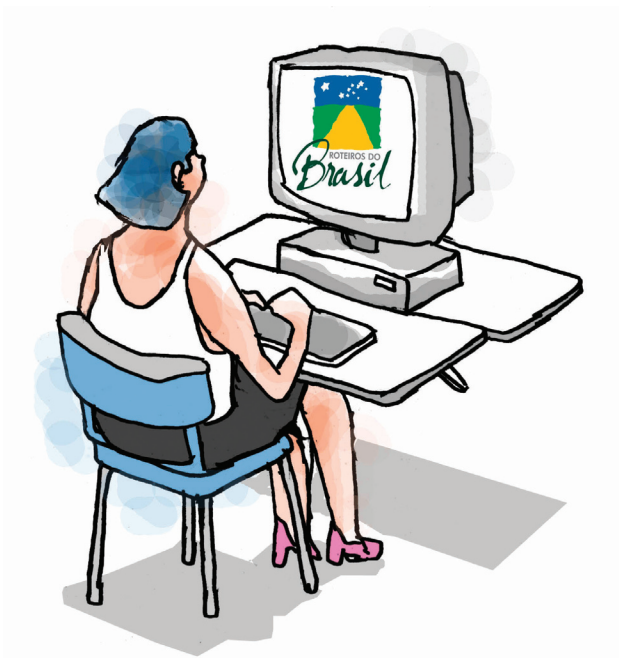
Outro instrumento importante para o fortalecimento do processo de regionalização do Turismo é o Sistema de Apoio a Distância do Programa





- SAD. O SAD, que também é apresentado no Caderno de Turismo Módulo Operacional 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa, é um instrumento de divulgação de informações e assessoramento técnico aos processos de desenvolvimento turístico das regiões. Atua em parceria com a Rede Nacional de Regionalização e pode ser considerado como um dos elementos mais importantes para a implementação e o fortalecimento das redes.

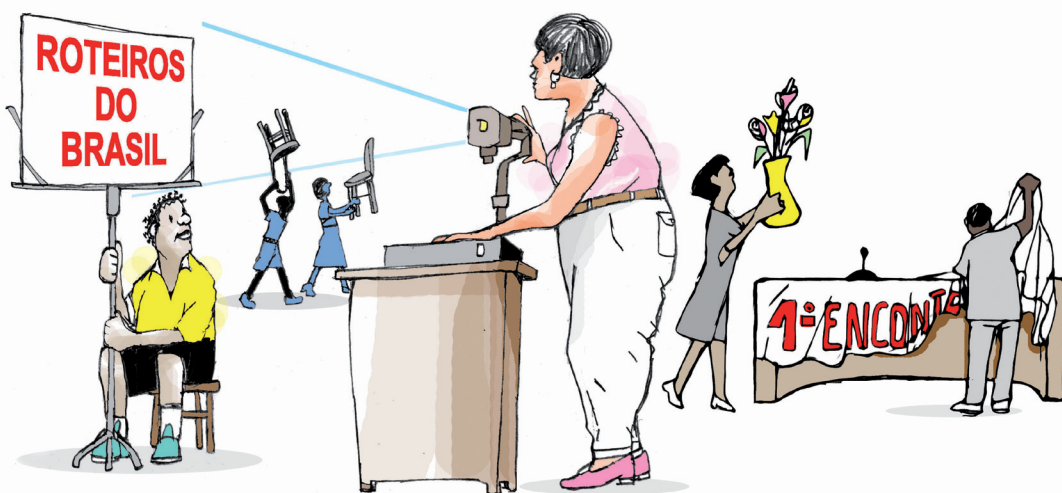
O Sistema é formado por um portal de *internet* e por um *CD-ROM*, que apresenta os Módulos Operacionais e conteúdos fundamentais do Programa de Regionalização de forma interativa e estimulante. O ambiente do sistema permitirá ainda a sistematização e disseminação das boas práticas oriundas do processo de regionalização. Maiores informações sobre o Sistema de Apoio a Distância – SAD podem ser obtidas por meio do correio eletrônico programa.regionalizacao@turismo.gov.br.





5 Considerações finais

Com os treze Cadernos de Turismo, fica mais claro o papel de cada setor – poder público, iniciativa privada, comunidade, organizações do terceiro setor e instituições de ensino – no processo de desenvolvimento do turismo regionalizado. Podemos, sem dúvida, afirmar que cada qual, desempenhando o seu papel, poderá contribuir para que o processo de regionalização do turismo seja consolidado.



Mas nunca é demais reiterar que, para alcançar os resultados previstos no Programa de Regionalização do Turismo, as instâncias de gestão do Programa (federal, estadual, regional e municipal) devem, juntas, seguir os passos propostos pelos Cadernos do Turismo, respeitando sempre a realidade de cada região turística. Isso equivale a dizer que, numa região turística que está num estágio inicial de desenvolvimento, é necessário primeiramente realizar a Sensibilização e a Mobilização das pessoas e instituições que estão direta ou indiretamente envolvidas com a atividade turística.



Então, já que tivemos uma visão geral dos Módulos Operacionais do Programa, por meio da apresentação dos Cadernos de Turismo, apresentaremos, neste momento, uma sugestão de seqüência de ações a serem realizadas por uma região turística que está em fase inicial de desenvolvimento. Ou seja, vamos traçar uma linha lógica de implementação do Programa, começando pela Sensibilização:

Por que devemos considerar importante a **Sensibilização**?

Mais que importante, a Sensibilização é imprescindível para a que os agentes do processo comecem a entender o turismo como uma atividade econômica capaz de provocar grandes mudanças e melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Contudo, é necessário ressaltar que as ações de Sensibilização devem ser implementadas juntamente com todos os outros Módulos Operacionais do Programa, pois sempre é necessário despertar ou reavivar o interesse, o envolvimento e o comprometimento dos agentes locais no processo de regionalização.

Vejamos, agora, quando devemos realizar a **Mobilização**.

Se a comunidade já está sensibilizada, é hora de mobilizá-la, sou seja, manter os agentes envolvidos e motivados para o desenvolvimento da região turística. A Mobilização proporciona a autonomia que a comunidade necessita para assumir seu processo de desenvolvimento e deve, assim como a Sensibilização, ser implementada em todos os momentos do Programa.

Depois de os agentes locais estarem sensibilizados e mobilizados, os municípios devem resgatar as ações já realizadas para o desenvolvimento da atividade turística, atualizá-las ou adaptá-las, passando então a se enxergar como integrantes de uma região turística. É nesse momento que as **Ações Municipais para a Regionalização do Turismo** devem ser iniciadas, com vistas à preparação e organização dos municípios para participar do planejamento regional. Vale ressaltar, também, que a **inventariação da oferta turística** se insere nas ações municipais para a regionalização.

Com os municípios organizados e inventariados, se faz necessário institucionalizar uma **Instância de Governança Regional**. Como citado anteriormente, essa Instância poderá ser uma associação, um fórum, um conselho, um consórcio, um comitê, entre outros. Quem define a forma da Instância é a própria região turística. Essa organização representativa da região deve ser composta por representantes dos poderes público, privado e



sociedade civil organizada de todos os municípios que fazem parte das regiões turísticas. Seu papel é coordenar o Programa de Regionalização do Turismo em âmbito regional. Dessa forma, cria-se uma rede de relacionamentos em todo o País, capaz de promover a atividade turística brasileira, integrando o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor.

Com a Instância de Governança Regional institucionalizada, é hora de elaborar um **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional**. O Plano Estratégico deve estabelecer a visão de futuro desejada para o turismo na região e prever ações e projetos de curto, médio e longo prazos, identificando possíveis parceiros e fontes financiadoras. Esse será o principal instrumento de orientação, diálogo e negociação entre o órgão executor e os demais envolvidos.

Na **Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional**, é necessário elaborar os projetos específicos, cuja quantidade, tipo e grau de detalhamento pode variar de acordo com a região trabalhada e o estágio de desenvolvimento turístico de cada uma. Tais projetos devem prever o melhoramento da infra-estrutura básica e turística e, também, a qualificação da mão-de-obra e serviços locais.

Os projetos poderão abordar diversos temas. Essa ação deve ser coordenada pela Instância de Governança Regional, por meio de uma equipe gestora capacitada, que terá como uma de suas competências a negociação e a

articulação com os diversos agentes para a implementação do Plano por meio desses projetos.

Sugere-se que um dos projetos do Plano Estratégico seja a elaboração de roteiros turísticos, haja vista que a **Roteirização Turística** é uma forma de organizar e integrar a oferta turística do País, gerando produtos rentáveis e comercialmente viáveis, como já citado anteriormente. Ressalta-se, mais uma vez, que os roteiros turísticos devem ser elaborados pela iniciativa privada. O que se propõe com o Programa de Regionalização, é que esses roteiros tenham base regional, ou seja, que sejam interligados entre vários municípios e/ou localidades.

Após a elaboração dos roteiros turísticos, o passo seguinte é a sua **Promoção e o Apoio à Comercialização**, com o objetivo de consolidá-los como produtos turísticos competitivos e de qualidade. A Promoção e o Apoio à Comercialização promove a aproximação entre a oferta e a demanda, tornando o produto turístico conhecido do público e motivando o seu consumo. Esse seria o momento para a realização de um **Salão do Turismo**, como uma estratégia para promover e apoiar a comercialização dos roteiros e destinos turísticos regionais.



Além disso, para subsidiar a gestão do Programa, foi proposto o **Sistema de Informações Turísticas do Programa**. Como já apresentado, o seu objetivo principal é resgatar e reunir dados confiáveis e atualizados sobre as regiões turísticas e seus municípios, permitindo a efetiva circulação da informação. Esse sistema deve ser alimentado pelas instâncias federal, estadual, regional e municipal.

O Sistema de Informações Turísticas possui um subsistema que apóia a Gestão, a **Monitoria e a Avaliação do Programa**, do qual falamos no Módulo Operacional 9 do Programa e funciona como uma ferramenta eficaz para subsidiar a tomada de decisões, tanto das organizações públicas, como do setor privado e da própria comunidade. Todas as informações sobre os Planos, Programas e Projetos devem ser gerenciadas pelo Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa.

Destaca-se, portanto, que todas as pessoas envolvidas na implementação dessas ações deverão fazer parte da **Rede Nacional de Regionalização** e que o planejamento da região, a promoção e a comercialização dos roteiros turísticos nem sempre seguem essa ordem lógica de execução, podendo ocorrer, em alguns casos, paralelamente ou concomitantemente. Dessa forma concluímos que:

O Programa de Regionalização do Turismo não representa apenas um meteoro no espaço sideral. Mais apropriado é entendê-lo e acolhê-lo como uma Estrela-Guia, capaz de indicar caminhos luminosos que conduzam os viajantes do mundo aos Roteiros do Brasil.



Fontes de consulta

BENI, Mário C. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BENI, Mario C. **Globalização do turismo: megatendências e realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2005.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2007: Uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Diretrizes Operacionais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 1 - Sensibilização**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 2 - Mobilização**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 3 – Institucionalização de Instância de Governança Regional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 4 – Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 5 – Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.



BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística.** Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 9 – Monitoria e Avaliação do Turismo.** Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Formação de Redes.** Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade – Conteúdo Fundamental.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Sustentabilidade Ambiental.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Sustentabilidade Econômica.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Sustentabilidade Sociocultural.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Sustentabilidade Político-institucional.** Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Projeto Inventário da Oferta Turística.** Brasília: Ministério do Turismo, 2007.





BRASIL, Ministério do Turismo. **Projeto do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Relatório do Programa de Regionalização do Turismo: Panorama Geral e Propostas para o Futuro do Turismo no País**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.





Glossário

Atrativos turísticos – locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas.

Colegiado Local – organização representativa dos poderes público e privado e da sociedade de um município, com o papel de apoiar o Órgão Municipal de Turismo na coordenação do processo de regionalização em âmbito local.

Destino Turístico – local, cidade, região ou país para onde se movimentam os fluxos turísticos.

Endógeno – que vem de dentro pra fora; que se desenvolve a partir das potencialidades de cada lugar; que valoriza a cultura e as pessoas do local (Sead/UFSC, 2007).

Exógeno – que vem de fora para dentro; que é externo à situação ou ao território.

Fórum Estadual de Turismo – entidade de caráter propositivo, consultivo e mobilizador que visa à integração de todas as instituições que compõem a cadeia produtiva do turismo, em cada Unidade da Federação (UF). Dentre outras funções, é responsável por apoiar o Órgão Oficial de Turismo das UFs na coordenação do processo de regionalização do turismo, em âmbito Estadual.

Infra-estrutura de apoio ao turismo – é todo o conjunto formado por obras e instalações de estrutura física e de serviços indispensáveis ao desenvolvimento do turismo e existentes em função dele.

Oferta turística – conjunto de atrativos turísticos serviços e equipamentos e toda infra-estrutura de apoio ao turismo de um determinado destino turístico utilizados em atividades designadas turísticas.

Segmentação turística – a segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os diferentes segmentos são estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta de serviços e atrativos turísticos e da variação da demanda por esses elementos.



Serviços e equipamentos turísticos – conjunto de serviços, edificações e instalações indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística e que existem em função desta. Compreendem os serviços e os equipamentos de hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, eventos, lazer etc.

Terceiro Setor – é uma terminologia sociológica que dá significado a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. A palavra é uma tradução de *third sector*, um vocábulo muito utilizado nos Estados Unidos para definir as diversas organizações sem vínculos diretos com o Primeiro Setor (Público, o Estado) e o Segundo Setor (Privado, o Mercado).

Território – espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos. É caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e por uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, em que se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.





